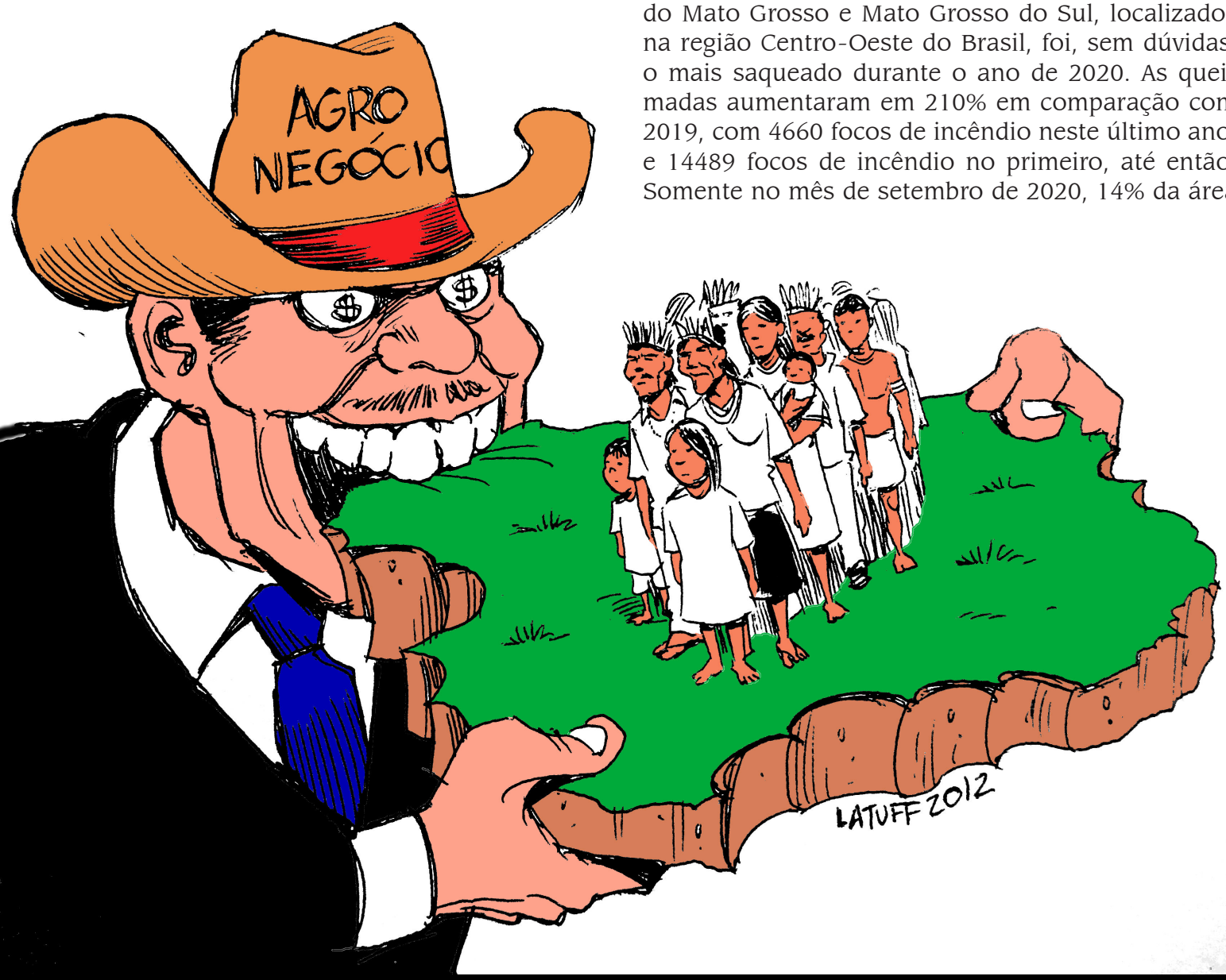
BOLETIM INTERNACIONAL
REVOLUÇÃO BRASILEIRA
Número #06 Novembro/2020

CAPITAL FINANCEIRO BANCA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E VIOLÊNCIA CONTRA CAMPONESES E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Há alguns anos, a destruição ambiental tem sido uma questão grave em nosso país. O Brasil, sozinho, possui cerca de 12% das reservas de água doce do mundo e a segunda maior área florestal do planeta. Não é por coincidência que nosso país é conhecido como o "pulmão do mundo".

As corporações imperialistas e as classes dominantes locais, contudo, fazem pouco caso com o grande potencial para o progresso que estes recursos têm, e abocanham-nos para a geração de superlucros monopolistas.

O bioma do Pantanal, que abrange os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, localizados na região Centro-Oeste do Brasil, foi, sem dúvidas, o mais saqueado durante o ano de 2020. As queimadas aumentaram em 210% em comparação com 2019, com 4660 focos de incêndio neste último ano, e 14489 focos de incêndio no primeiro, até então. Somente no mês de setembro de 2020, 14% da área



do Pantanal foi devastada por queimadas. No ano inteiro de 2020, 26% da área do bioma foi consumida por incêndios. Trata-se de um recorde histórico de desmatamento.

Florestas nativas têm sido devastadas para aumentar a especulação sobre o latifúndio improdutivo e para que grileiros e grandes corporações ganhem superlucros por meio do aumento do preço da terra, arrastando ainda mais terras para atividades econômicas predatórias como a produção de soja, criação extensiva de gado, mineração e extração de madeira. É evidente que esta destruição ambiental e grilagem massivas trazem consigo o aumento da violência reacionária contra as populações rurais: durante a segunda metade da década de 2010 (este número não leva em consideração o ano de 2020), foram executados 242 camponeses, assalariados rurais, indígenas ou quilombolas, organizados ou não nos movimentos de massas rurais, em comparação com 169 assassinatos na primeira metade da década.

Durante os anos de 2016-2017, o então governo reacionário de Temer tentou aprovar uma lei colonial que permitia a indivíduos e empresas estrangeiras adquirir até 100 mil hectares de terras no Brasil e arrendar até outros 100 mil hectares: esta lei colonial atendia a interesses da classe latifundiária brasileira, pois permitia que ela contraísse ainda mais empréstimos junto a instituições financeiras estrangeiras por meio do fornecimento de grandes extensões de terras como garantia.

Após a crise econômica que se iniciou no ano de 2014, devido principalmente à queda dos preços dos produtos de exportação brasileiros no mercado mundial, foi necessário que a classe latifundiária e os agroindustriais expandissem as atividades de exportação (agricultura e mineração) como forma de compensar o colapso dos preços.

Assim, expandiu-se a grilagem, a devastação ambiental e o massacre contra as populações rurais brasileiras.

Não são apenas os grileiros, latifundiários e agroindustriais locais quem ganham muito com esta situação. Por trás deles, encontram-se o poderoso capital financeiro e as empresas capitalistas estrangeiras. Como sabemos, a lei econômica fundamental do capitalismo monopolista, isto é, o imperialismo, não é mais a busca do lucro médio, mas do superlucro monopolista. Para isso, recorrem aos países semicoloniais como o Brasil: aqui, o preço da terra, matérias-primas e força de trabalho é baixo, o que acaba por elevar as taxas de lucro. Aqui, as grandes corporações capitalistas conseguem vender por preços de monopólio diversos meios de produção – como por exemplo, determinados tipos de agrotóxicos – que são banidos em seus países de origem. Alçam também superlucros por meio da comercialização e industrialização da produção agropecuária, bem como em diversos outros ramos, como logística.

Ademais, conforme já dissemos, estas empresas monopolistas são beneficiárias indiretas da destruição ambiental e da violência contra as populações rurais. Porém, mesmo indiretamente, são elas que realmente abocanham o filão.

Segundo um estudo desenvolvido pelo portal brasileiro De Olho Nos Ruralistas e pela instituição holandesa Profundo, entre janeiro de 2017 e junho de 2020, nove empresas ligadas à invasão ou pressão sobre terras indígenas na Amazônia receberam 63,2 bilhões de dólares em investimentos. Somente a estatal brasileira Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu 8,5 bilhões de dólares, e o fundo de investimentos estrangeiro BlackRock investiu 8,2 bilhões de dólares.

Somente a companhia JBS, grande responsável pelo desmatamento, recebeu 8,4 bilhões de dólares em investimentos do capital financeiro (um valor 15 vezes maior que o orçamento do Ministério do Ambiente de 2020). Grandes empresas mineradoras como Vale S.A. e Anglo American também estiveram entre as principais beneficiárias destes investimentos do capital financeiro.

Estudemos mais alguns dos aspectos deste problema.

Somente a companhia estadunidense ADM exportou, no ano de 2017, 7,6 milhões de toneladas da soja brasileira. É a terceira maior empresa exportadora do Brasil, atrás da também estadunidense Cargill e da holandesa Bunge. A corporação ADM tem avançado no controle logístico brasileiro, realizando um consórcio com a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities e a empresa brasileira Amaggi para investir 12 bilhões de reais na construção da ferrovia Ferrogrão, que interligará por aproximadamente mil quilômetros o município de Sinop, localizado no estado do Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil, até o porto de Miritituba, estado do Pará, região norte, facilitando a exportação de soja.

A corporação estadunidense Cargill controla, no Brasil, 22 fábricas, seis portos e 192 armazéns de logística, galgando no ano de 2016 uma receita de cerca de 33 bilhões de reais por meio de suas operações no Brasil. Recentemente, investiu 700 milhões de reais para a construção de um porto no município de Barcarena, estado do Pará, também para expandir a exportação de soja.

No ano de 2017, apenas seis empresas estrangeiras – Syngenta, Bayer, BASF, FMC, DuPont e Dow Chemical – faturaram mais de 5 bilhões de dólares por meio da venda de agrotóxicos e demais defensivos agrícolas no mercado brasileiro.

Quem quer que reivindique no Brasil qualquer tipo de sustentabilidade ambiental não pode deixar de denunciar a atuação predatória do capital financeiro e dos latifundiários.

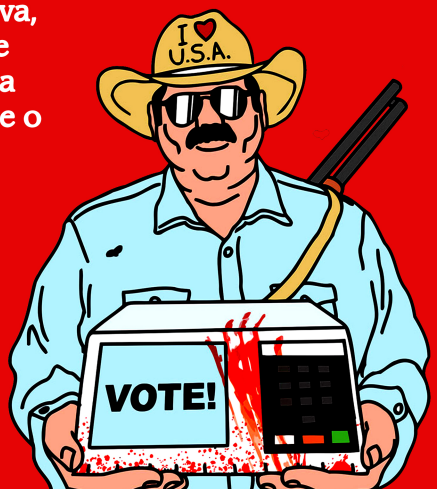
NÃO VOTE! SÓ A LUTA DO POVO PODE MUDAR O PAÍS!

Sob o governo Bolsonaro, o Brasil passa por um dos períodos mais dramáticos de sua história. Iniciadas por latifundiários, as chamas destroem nossa flora e matam nossa fauna; nosso subsolo é saqueado por empresas estrangeiras que deixam um rastro de destruição e miséria por onde passam e submetem nosso povo às condições mais degradantes possíveis; nossas reservas de petróleo, que poderiam impulsionar o desenvolvimento da nação e melhorar as condições de vida de nosso povo, são entregues para monopólios que nunca esconderam seu desejo em possuí-las; nossas principais empresas estatais são destru[idas e entregues para abutres financeiros; os itens básicos necessários para a manutenção da vida ficam cada vez mais caros e os salários e empregos cada vez mais escassos; os elementos mais destacados de nosso povo são diariamente assassinados por agentes da repressão oficial e extraoficial; as pessoas morrem às centenas de milhares em uma pandemia diante da indiferença ou vontade de matar do atual governante.

E ainda assim, diante do cenário atual, com um golpe de Estado, justiça seletiva, manipulação de votos, ainda há aqueles que nutrem ilusões de que votar pode resolver algo. Com o Brasil à beira do abismo, dezenas de partidos ainda tem a cara de pau de pedir votos como se tudo estivesse na normalidade e esse fosse o único caminho para o noso povo, votar calado e esperar um milagre.

Em 2018, a soma dos votos nulos e brancos com as abstenções foi de cerca de 42,4 milhões. Nosso povo percebe cada vez mais que votar em candidato A ou candidato B não vai resolver os problemas fundamentais da vida cotidiana dos brasileiros e brasileiras.

SOMENTE A LUTA ORGANIZADA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DARÁ RESPOSTAS A CRISE! NÃO VOTE!



Eleições municipais de 2020 e as lutas do povo brasileiro

O Brasil está passando por um dos períodos mais dramáticos de sua história. Todas as tendências reacionárias já existentes foram intensificadas. Incêndios iniciados por fazendeiros destroem o meio ambiente; nosso subsolo nacional é saqueado por empresas estrangeiras; cidades inteiras são inundadas pela ganância de uma empresa como a Vale S.A.; as reservas de petróleo brasileiras são entregues para monopólios estrangeiros; produtos e serviços básicos estão cada vez mais caros, e os empregos cada vez mais escassos; os quadros mais destacados de nosso povo são diariamente assassinados por agentes da repressão oficial e extraoficial; pessoas morrem às centenas de milhares pela pandemia da Covid-19 devido à indiferença ou vontade de matar do atual presidente.

Mesmo em meio a esta situação, há muitas pessoas que imaginam, erroneamente, que os esforços devem ser destinados a participar das eleições municipais farsantes de 2020. Prevalecem ainda ilusões a respeito das eleições burguesas. Muitos ativistas bem intencionados são arrastados para esta farsa por um punhado de partidos e políticos da "esquerda" institucional, pequenos burocratas que também não querem mais que manter seu espaço no Estado brasileiro para se opor de forma rebaixada e conciliadora aos piores inimigos do povo. Atrasam a formação de uma verdadeira frente popular capaz de enfrentar o fascismo e toda reação. Porém, tal frente deve ser fundada em princípios e em uma plataforma comum, não no cretinismo eleitoral.

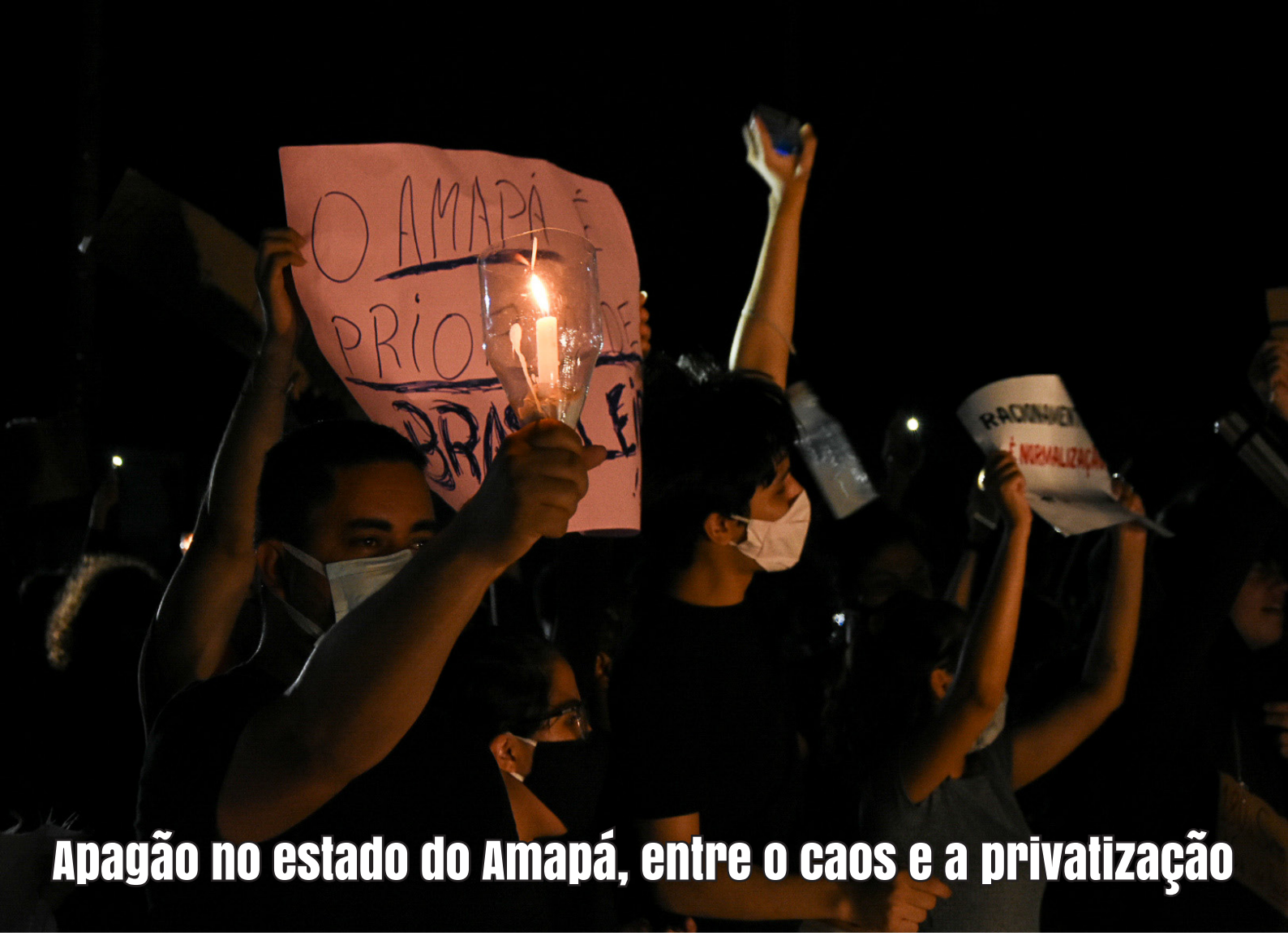
Jamais serão conduzidos contra o fascismo quaisquer golpes resolutos por meios eleitorais. Estão iludidos aqueles que falam em "combater o fascismo com o voto".

A União Reconstrução Comunista não apoia quaisquer destas ilusões. Não vemos a menor possibilidade, em um país semicolonial e semifeudal como o Brasil, de levar adiante uma luta contra o fascismo ou obter vitórias substanciais e duradouras para as massas por vias eleitorais. Apenas a mobilização e politização das massas podem oferecer soluções para os problemas que enfrentamos.

Somente assim reestabeleceremos o Partido Comunista do Brasil e retomaremos a Revolução Brasileira. Tal partido não existirá para disputar eleições, mas para organizar e dirigir o proletariado e as massas brasileiros em suas lutas.

Assim sendo, firmamos nossa posição pelo boicote ativo às eleições presentes, aproveitando a oportunidade para denunciar o caráter farsante da democracia burguesa e todos os ataques que estão sendo conduzidos contra nosso povo.

Sabemos que a posição de boicotar as eleições entra em ressonância com a opinião de milhões de brasileiros que, atualmente, se abstêm de participar dos pleitos.



Apagão no estado do Amapá, entre o caos e a privatização

Em 3 de novembro, ocorreu um incêndio na Subestação Elétrica Macapá, pertencente à companhia concessionária Gemini Energy (cujos proprietários são os fundos de investimento Starboard Value e Perfin, estadunidense e brasileiro, respectivamente). Desde então, o estado do Amapá, localizado no Norte do Brasil, tem vivido sob um apagão que deixou 14 dos 16 municípios e 90% de sua população do estado sem acesso à energia elétrica.

O Amapá tem vivido dias de caos. Devido ao colapso do fornecimento de eletricidade, colapsou igualmente o fornecimento de muitos bens e serviços básicos. O colapso do sistema elétrico tem impedido que alimentos cheguem aos mercados e lojas. Alimentos armazenados em geladeiras têm estragado nas casas. O colapso do sistema elétrico levou ao colapso do fornecimento de água, e pessoas de cidades de maior importância como Macapá e Santana estão sendo obrigadas a buscar água em poços ou em rios altamente contaminados. O comércio local também entrou em colapso, pois a falta de eletricidade tem impossibilitado o funcionamento de máquinas de cartões bancários. Portanto, a população do Amapá se encontra com uma necessidade aguda de acessar dinheiro em papel, mas mesmo isso tem sido impossível, pois as agências bancárias também não estão funcionando. Motoristas de aplicativo se encontram desempregados devido ao colapso do sistema de Internet e de fornecimento de combustíveis.

A fome tem prevalecido, e todos os dias, mercados e lojas têm sido saqueados pelas massas empobrecidas e esfomeadas. Mesmo que o Ministro de Minas e Energia brasileiro, Bento Albuquerque, tenha prometido que o fornecimento de eletricidade seria reestabelecido entre 60% e 70% já em 5 de novembro, até o presente, o Amapá permanece em meio à escuridão, ou na melhor das hipóteses, com rodízios de fornecimento de eletricidade que duram até quatro horas.

Ultrajadas com a situação presente, as massas têm ido aos montes às ruas das cidades de Macapá e Santana para protestar. Nove demonstrações ocorreram desde 3 de novembro.

Investigações demonstraram que a Gemini Energy, que opera o fornecimento de eletricidade do Amapá, não estava investindo suficientemente em manutenções. Seria necessária a construção de, no mínimo, três transformadores trifásicos de 230/69/13,8 Kv-150 MVA e uma unidade de reserva. Mas para manter elevados seus lucros de monopólio, a empresa se recusava a gastar este montante. Há dois anos, a Subestação Elétrica Macapá operava no limite, sob risco iminente de incêndio.

Os acontecimentos do Amapá colocam na ordem do dia a reivindicação democrática pela nacionalização das empresas do capital estrangeiro.

LUTAS RECENTES DOS OPERÁRIOS METALÚRGICOS DO ESPÍRITO SANTO

Em 26 de outubro de 2020, operários metalúrgicos do estado do Espírito Santo (região Sudeste do Brasil), liderados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo (Sindimetal), iniciaram uma importante greve contra as intenções dos capitalistas – organizados no Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Espírito Santo (Sindifer) – em remover seus direitos.

O sindicato patronal Sindifer tem a intenção de modificar onze cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para por fim ao pagamento do cartão alimentação durante as férias e reduzir o pagamento de horas extras. No estado do Espírito Santo, as empresas pagam atualmente 75% de horas extras em dias de semana, e 100% nos finais de semana e feriados, mas o sindicato patronal quer reduzir este montante para 50% e 75%, respectivamente.

Os operários, por outro lado, reivindicam a manutenção das cláusulas da CCT de 2019/2020 e aumentos salariais de 5% para aqueles que recebem acima do piso salarial da categoria, 12% para os que recebem o equivalente ao piso, e cartão alimentação de 590 reais. Reivindicam que seus planos de saúde sejam 100% custeados pelas empresas e estejam disponíveis para todos os seus familiares.

No início de novembro, a Sindifer fez um pedido para que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) tornasse a greve ilegal, mas o pedido foi recusado. Porém, o TRT ordenou que os grevistas fossem retirados dos locais de trabalho e proibiu piquetes de fábrica. Em 6 de novembro, a Polícia Militar do estado se dirigiu a uma das sedes do Sindimetal para intimidar os grevistas.

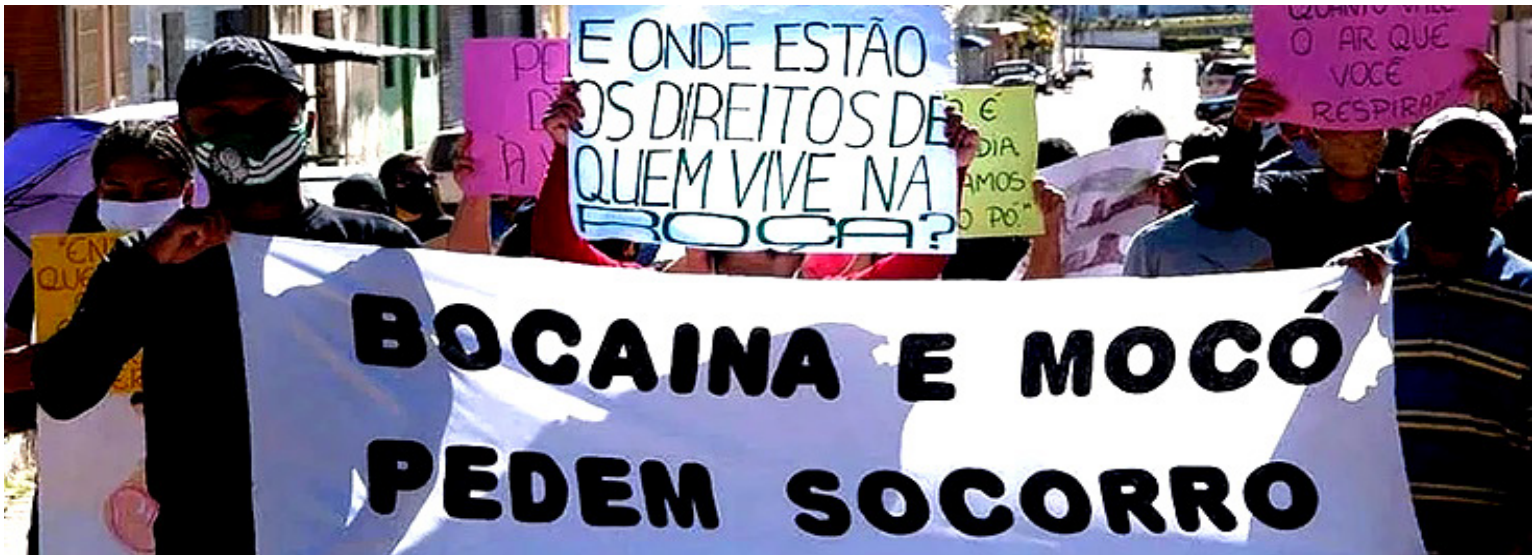
Mesmo com ações repressivas por parte do governo estadual e do patronato, o movimento operário tem persistido na greve. Na manhã de 10 de novembro, no município de Aracruz, operários do Estaleiro Jurong bloquearam a rodovia estadual ES-010 porque os patrões negaram aos grevistas o fornecimento de ônibus para que retornassem para suas casas. Após três horas de bloqueio da rodovia, porém, os capitalistas recuaram e forneceram transporte aos operários. Em 12 de novembro, operários da Vale S.A. realizaram um protesto para que a empresa cumprisse o acordo no qual se comprometeu a custear os planos de saúde.

Os patrões do estado do Espírito Santo têm utilizado a crise econômica como pretexto para retirar direitos dos trabalhadores. Dizem que, em virtude da redução da atividade econômica em meio à pandemia da Covid-19, os lucros caíram e, portanto, há que se cortar salários e benefícios para evitar demissões em massa. Isso é uma mentira! Mesmo que a Sindifer abarque industriais que tiveram certas quedas nos lucros, um grande conglomerado capitalista como a Vale S.A., que opera negócios nos setores de mineração e siderurgia, reportou um lucro líquido recorde de 15 bilhões de reais no terceiro trimestre de 2020, mais que o dobro daquele registrado no mesmo período de 2019. Muitas outras empresas se encontram em situação semelhante.

O que realmente está ocorrendo é uma tentativa dos patrões de utilizar a enorme massa de 50 milhões de trabalhadores desempregados e semi-desempregados como reserva de força de trabalho barata para reduzir salários e benefícios dos operários atualmente empregados, aumentar os lucros e dificultar a ação resoluta e organizada do movimento operário.

Mas o operariado organizado do estado do Espírito Santo compreende estas enganações dos capitalistas, e sabe que somente poderá vencê-los mediante sua ação unificada.

Empresa mineradora britânica "Brazil Iron" assedia comunidades quilombolas no estado da Bahia



No estado da Bahia, região nordeste do Brasil, município de Piatã, as 150 famílias das comunidades quilombolas (isto é, comunidades descendentes de negros escravizados que, durante o período da escravidão de correntes, parcialmente findado a partir do ano de 1888, com a abolição formal da escravidão, fugiam dos latifúndios escravistas e erguiam suas próprias aldeias independentes) Mocó e Bocaina têm vivido um verdadeiro pesadelo por conta da presença da companhia mineradora britânica Brazil Iron nas proximidades de suas terras. Os moradores das comunidades estão respirando a poeira do minério de ferro extraído pela empresa, sob risco de contaminação, problemas respiratórios e cardiovasculares. Em razão dos problemas ambientais, muitos abandonaram o cultivo das terras, e temem que sejam contaminados rios e afluentes da região por conta dos rejeitos de minério de ferro. Além das nuvens de poeira, barulhos de explosivos e máquinas, que operam 24 horas por dia, têm dificultado o sono dos moradores durante a noite. As explosões inadvertidas já destruíram parte de uma casa e geraram rachaduras em outras. Os quilombolas realizaram um protesto contra a presença da empresa mineradora em 27 de setembro, na rodovia estadual BA-148, mas foram reprimidos pela Polícia Militar com uma bomba de gás lacrimogêneo.

Justiça para Ênio Pasqualin!

Ênio Pasqualin, alto dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no estado do Paraná, região Sul do Brasil, foi executado na noite de 24 de outubro nas proximidades do assentamento Irene Alves dos Santos, município de Rio Bonito do Iguaçu. Após ter sido sequestrado por pistoleiros em sua própria casa, no assentamento, levaram-no para um local das proximidades e o alvejaram a sangue frio. O companheiro Ênio se engajou na luta antifeudal no ano de 1996, quando o MST conduziu a ocupação do latifúndio Giacomet Marodin, pertencente à atual empresa madeireira Araupel, no mesmo município de Rio Bonito do Iguaçu. A luta foi vitoriosa, e Ênio e sua família receberam um lote de terra para cultivar, tornando-se camponeses proprietários. Porém, mesmo tendo conquistado sua própria terra, Ênio jamais abandonou a luta, e auxiliou na condução de muitas outras ocupações de terras e na formação de cooperativas e associações camponesas. Nos últimos anos, Ênio estava engajado na luta pela realização da reforma agrária sobre as terras griladas da empresa madeireira Araupel, município de Quedas do Iguaçu, oeste do estado do Paraná, onde desde 2014 vivem 1,5 mil famílias camponesas sem-terra no acampamento Dom Tomás Balduíno.